

CURSO DE FORMAÇÃO DOS
CONSELHEIROS TUTELARES DO DF -2023

CONVIVÊNCIA FAMILIAR



Ana Carolina Senna

- ADVOGADA ESPECIALISTA EM DIREITO DAS FAMÍLIAS E SUCESSÕES;
- PRESIDENTE DO IBDFAM/DF.

→ INSTITUTOS QUE REGEM AS RELAÇÕES FILIAIS

AUTORIDADE PARENTAL | GUARDA | CONVIVÊNCIA FAMILIAR

CONVIVÊNCIA FAMILIAR (O DIREITO DE VISITAS):

- ➔ **Art. 227, CF:** *É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*
- ➔ **Art. 19, ECA:** *É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.*
- ➔ **CÓDIGO CIVIL Art. 1.589** *dispõe que o pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação. O §2º do artigo 1.583 estabelece que, na modalidade de Guarda Compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses destes*

REGULAMENTAÇÃO DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR

➔ **QUANDO É NECESSÁRIO? COMO FAZER?**

➔ **GUARDA UNILATERAL - REGIME DE CONVIVÊNCIA CONVIVÊNCIA COM GENITOR NÃO GUARDIÃO**

➔ **GUARDA COMPARTILHADA - LAR DE REFERÊNCIA ?**

➔ **CÓDIGO CIVIL Art. 1.589**, §2º do artigo 1.583 estabelece que, na modalidade de Guarda Compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses destes

➔ Enunciado 605 VI Jornada de Dir. Civil: “A guarda compartilhada não exclui a fixação do regime de convivência”..

➔ A distribuição do tempo de convívio na guarda compartilhada deve atender precipuamente ao melhor interesse dos filhos, não devendo a divisão de forma equilibrada, a que alude o § 2 do art. 1.583 do Código Civil, representar convivência livre ou, ao contrário, repartição de tempo matematicamente igualitária entre os pais. (Enunciado 603, VII JDC)

DESCUMPRIMENTO DO REGIME DE CONVIVÊNCIA

Art. 2 Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;

 *E se o descumprimento for por parte de quem deveria buscar? Cabe sanção?*

CONVIVÊNCIA VIRTUAL:

A FAMÍLIA VIRTUAL PODE SER PROVISÓRIA OU DEFINITIVA.

Convivência Virtual: **parcial ou total**

? *É possível na Guarda Compartilhada?*

→ JURISPRUDÊNCIA

TJRS: fixou a guarda compartilhada em um caso em que o genitor residia no exterior, e determinou a convivência com o filho via Skype ou outra forma de comunicação virtual e por imagem, às segundas, feiras, às 18h, por no mínimo 30 minutos. ((TJ-RS – AC: 70073823080, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Data de julgamento: 02/08/2018, Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: 10/08/2018).

STJ, RESP 1.251.000/MG: a guarda compartilhada física (custódia física conjunta) é o ideal a ser buscado no estabelecimento da guarda, sujeita, contudo, às peculiaridades fáticas que envolvem pais e filhos, mas jamais sob o fundamento da distância entre as moradias dos pais, questão hoje minorada por diversos meios de comunicação, de modo instantâneo pela rede mundial de computadores (internet, e-mail, vídeo de imagem e som, Skype, Google Talk, celulares permitindo que pessoas se vejam enquanto falam, WhatsApp), disponibilizados como 'visitas virtuais' ou 'encontros online'. Mesmo entre cidades ou países distantes pais e filhos podem manter uma adequada e frequente comunicação, assegurando presença contínua do pai na vida do filho, sem diminuição dos demais deveres que integram o rol dos atributos do poder familiar.

→ CONSIDERAÇÕES FINAIS:

- »» Superior Interesse da Criança e Adolescente;
- »» Planejamento Familiar: Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado;

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas;

- »» Efetivação da Igualdade Parental e Guarda Compartilhada;
- »» Custódia física como ideal e virtual nos casos de impossibilidade ou de forma complementar;
- »» Direito fundamental e dever do Estado, da sociedade e da família.

OBRIGADA!

Ana Carolina Senna



@carolinasenna8

|



(61) 99557.4587

*"Não existe revelação mais nítida da alma de uma sociedade do que a forma como esta trata as suas crianças."
Nelson Mandela.*

